

| Entidades apoiadas | Montantes transferidos (em euros) |
|---|-----------------------------------|
| Grupo O Lobo — Associação para a Conservação do Lobo e do Seu Ecossistema | 2 049,90 |
| Faculdade de Letras da Universidade do Porto | 821,55 |
| LPN — Liga para a Protecção da Natureza | 9 502,47 |
| MARCA — Associação de Desenvolvimento Local | 2 951,90 |
| MOLIMA — Movimento para a Defesa do Rio Lima | 1 894,07 |
| Núcleo Cicloturista de Sesimbra | 2 274,30 |
| NDMALO — Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro | 1 050 |
| OIKOS — Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria | 13 663,95 |
| Olho Vivo — Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos | 5 095,49 |
| ONGA — Tejo | 1 625,57 |
| Onda Verde — Associação Juvenil de Ambiente e Aventura | 10 384,71 |
| Projecto Pallhota Viva | 2 855,57 |
| PATO — Associação de Defesa do Paúl de Tornada | 11 527,49 |
| PINUS — Associação de Defesa do Ambiente de Sermonde e Serzedo | 1 625,57 |
| QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza | 9 359,54 |
| A Rocha — Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente | 3 357,27 |
| SPEA — Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves | 4 883,81 |
| SPECO — Sociedade Portuguesa de Ecologia | 2 866,67 |
| URBE — Núcleos Urbanos de Pesquisa e de Intervenção | 1 803,95 |
| URTIARDA — Clube de Ambiente e Património do Arda e Urtigosa | 1 050 |
| URZE — Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela | 1 050 |
| <i>Total</i> | 237 101,70 |

20 de Fevereiro de 2006. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Fernanda Santiago*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 7055/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, por delegação:

Maria Luísa Sequeira Viana Rodrigues, técnica superior de 1.ª classe do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — concedida a equiparação a bolseiro no País por um período de três meses, entre Fevereiro e Abril de 2006, com dispensa total do exercício de funções, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Março de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 7056/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Janeiro de 2006, no uso da competência que me foi subdelegada pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades de 22 de Setembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 12 de Outubro de 2005, e de acordo com o disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, passa à situação de licença sem vencimento por um ano a técnica superior de 1.ª classe do ex-Centro Nacional de Informação Geográfica Maria Cristina Frazão Pissarra Gouveia, com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Março de 2006. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Despacho n.º 7057/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Junho de 2005 e após a anuência da direcção do Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores:

Vanda Teresa Soares Gaspar, técnica superior de grau 2 do quadro de pessoal, em regime de contrato individual de trabalho, do Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Tra-

balhadores — autorizada a requisição ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

10 de Março de 2006. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Rectificação n.º 479/2006. — O despacho n.º 23 546/2005 (2.ª série) relativo à transferência da chefe de secção Maria Manuela Silva Pereira de Jesus Petinga, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 18 de Novembro de 2005, saiu com inexactidão.

Assim, onde se lê «com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*» deve ler-se «com efeitos a partir de 1 de Março de 2006».

10 de Março de 2006. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Instituto dos Resíduos

Aviso n.º 3870/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do artigo 96.º do mesmo diploma, avisam-se os interessados de que se encontra afixada nestes Serviços a lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2005 dos funcionários do quadro deste Instituto.

6 de Março de 2006. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *Françisco Barracha*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho (extracto) n.º 7058/2006 (2.ª série). — 1 — Pelo Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), prevendo-se nesse diploma as estruturas orgânicas nucleares do organismo, incluindo a definição da estrutura desconcentrada correspondente às direcções regionais.

Assim, no âmbito da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em conformidade com os n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do mencionado diploma legal, foi criada a Delegação de Santarém, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, compete ser chefiada por um dirigente intermédio de 2.º grau.

Após análise curricular, verificou-se que a licenciada Maria Fernanda de Jesus Mendes, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de chefe de delegação de Santarém da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo a licenciada em Medicina Veterinária Maria Fernanda de Jesus Mendes.

2 — A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Março de 2006.

14 de Março de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome — Maria Fernanda de Jesus Mendes.

Naturalidade — Moçâmedes (Angola).

Nacionalidade — portuguesa.

Data de nascimento — 24 de Maio de 1956.

Habitações literárias — licenciatura em Medicina Veterinária.

Experiência profissional:

Responsável por vários sectores da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO), nos quais se incluem higiene e qualidade alimentar, peritagens, certificações, até 1997, ano em que começou a desempenhar funções na Direcção de Serviços de Fiscalização de Controlo da Qualidade Alimentar (DSFCQA) da DRARO;